

ANÁLISE DOS PÓRTICOS COMO SÍMBOLOS E MARCAS DE IDENTIDADES DIRECIONADAS AO MERCADO TURÍSTICO COM BASE NOS EXEMPLOS DE PETRÓPOLIS E ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

ANALYSIS OF PORTICOS AS IDENTITY SYMBOLS AND LANDMARKS GEARED TO THE TOURIST MARKET BASED ON EXAMPLES IN PETROPOLIS AND ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

ANÁLISIS DE LOS PÓRTICOS COMO SÍMBOLOS Y MARCAS DE LAS IDENTIDADES DIRECCIONADAS AL MERCADO TURÍSTICO CON BASE EN LOS EJEMPLOS DE PETRÓPOLIS Y DE ARMAZÓN DE BÚZIOS

RESUMO

Introdução: A espacialização da atividade turística pressupõe, não raras vezes, a construção de uma imagem representativa daquela localidade como destino. Em diversos casos, a consolidação dessa síntese passa pela monumentalização de estruturas marcantes na paisagem. Tais elementos são projetados para se firmar enquanto símbolo identitário local. A construção do estudo passa pela caracterização dos pórticos enquanto símbolos de uma identidade forjada por determinados grupos, mas com capacidade de evocar uma identificação global daquela localidade; sua inserção na paisagem enquanto parte de uma efetiva política locacional, componente de uma organização espacial seletiva; além de sua monumentalidade como parte da territorialização de determinados atores, dotando o espaço de perfil adequado à exploração do turismo e/ou veraneio.


Objetivos: Concebendo os pórticos turísticos como elementos estruturados sob a lógica da construção e/ou consolidação de uma imagem, pretendemos compreender como se materializa o trabalho de os caracterizar como marca de determinada área turística, exemplificando o fenômeno com um estudo focado nos municípios fluminenses de Petrópolis e Armação dos Búzios. **Métodos:** Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa baseada em análise teórica e documental norteada pelo objetivo de propor uma revisão de literatura alinhada a avaliação da materialização do processo nas municipalidades selecionadas. **Resultados:** Ao constataremos que tanto em Petrópolis quanto em Armação dos Búzios os pórticos são utilizados pelo trade turístico e pelo poder público como um símbolo ou mesmo um resumo do perfil municipal, compreendemos que há uma relação entre a territorialização dos pórticos associada a uma política locacional e a uma estetização simbólica da paisagem, estando em consonância com questão inicial que motivou o estudo. **Conclusão:** A título de apontamentos finais, consideramos importante evidenciar que os pórticos não devem ser analisados isoladamente, mas como parte de uma estratégia organizacional do espaço que objetiva satisfazer os interesses dos grupos política e economicamente hegemônicos, o que tem sido especialmente visível no caso de políticas públicas baseadas no chamado empreendedorismo urbano, que tem no desenvolvimento do turismo um de seus principais argumentos.

Palavras-chave: pórticos. Monumentos. Símbolos. Marcas. Turismo

ABSTRACT

Introduction: The spatialization of the tourist activity often presupposes the construction of a representative image of that locality as a destination. In several cases, the consolidation of this synthesis goes through the monumentalization of outstanding structures in the landscape. These elements are designed to stand as a local identity symbol. The construction of this study goes through the characterization of the porticos as identity symbols that are forged for specific groups, but with the ability to evoke a general identification of that community; their place in the landscape as an integral part of an effective locational policy, a component of a selective spatial organization; in addition to their monumentality as part of the territorialization of certain actors, making the space suitable for the exploitation of tourism and/or vacations. **Objectives:** By conceiving the tourist porticos as structured elements for the construction and/or consolidation of an image, we seek to understand how the work of characterizing them as a landmark

 Rodrigo dos Santos Borges^a

 Miguel Ângelo Campos Ribeiro^b

^a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^b Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.51496

Correspondência: rodrigogeouerj@gmail.com

Recebido em: 06 jun. 2020

Aceito em: 18 jan. 2022



of a certain tourist area materializes, exemplifying the phenomenon with a study focused on the municipalities of Petrópolis and Armação dos Búzios in the state of Rio de Janeiro. **Methods:** We developed a qualitative study based on theoretical and documentary analysis guided by the objective of proposing a literature review aligned with the evaluation of the materialization of the process in the selected municipalities. **Results:** By observing that the porticos in both Petrópolis and Armação dos Búzios are used by the tourist trade and the public power as symbols or even syntheses of the municipal profile, we can see that there is a relationship between the territorialization of the porticos associated with a locational policy and a symbolic aestheticization of the landscape, which is in alignment with the initial question that motivated the study. **Conclusion:** As final remarks, we consider it important to highlight that porticos should not be analyzed in isolation, but as part of an organizational strategy of the space that aims to satisfy the interests of politically and economically hegemonic groups, which has been especially visible in the case of public policies based on the so-called Urban Entrepreneurship, for which the development of tourism is one its main arguments.

Keywords: Porticos. Monuments. Symbols. Landmarks. Tourism..

RESUMEN

Introducción: La especialización de la actividad turística presupone en ocasiones, la construcción de una imagen representativa de aquella localidad como destino. En diversos casos la consolidación de esa síntesis pasa por la monumentalización de estructuras relevantes en el paisaje. Tales elementos son proyectados para establecerse como símbolo de la identidad local. La construcción del estudio pasa por la caracterización de los pórticos como símbolos de una identidad forjada por grupos determinados, pero con la capacidad de evocar una identificación global de aquella localidad; su inserción en el paisaje como parte de una efectiva política locativa; componente de una organización espacial selectiva; además de su monumentalidad como parte de la territorialización de determinados actores, otorgando al espacio el perfil adecuado a la explotación turística y/o el veraneo. **Objetivos:** Concibiendo los pórticos turísticos como elementos estructurados bajo la lógica de la construcción y/o la consolidación de una imagen, pretendemos comprender como se materializa el trabajo de caracterizarlos como una marca en una determinada área turística, ejemplificando el fenómeno con un estudio enfocado en los municipios fluminenses de Petrópolis y Armação dos Búzios. **Métodos:** Desarrollamos una investigación cualitativa basada en el análisis teórico y documental, guiada por el objetivo de proponer una revisión de la literatura alineada a la evaluación de la materialización del proceso en las municipalidades seleccionadas. **Resultados:** Al constatar que tanto en Petrópolis como en Armação dos Búzios, los pórticos son utilizados por el *trade* turístico y por el poder público como un símbolo o incluso como un resume del perfil municipal, comprendemos que existe una relación entre la territorialización de los pórticos asociada a una política local y a una estetización simbólica del paisaje, lo cual, coincide con la cuestión inicial que motivó el estudio. **Conclusión:** Como nota final, consideramos importante destacar que los pórticos no deben analizarse de forma aislada, sino como parte de una estrategia organizacional del espacio que busca satisfacer los intereses de los grupos político-económicos hegemónicos, lo que ha sido especialmente visible en el caso de las políticas públicas basadas en el llamado emprendimiento urbano, la cual, tiene en el desarrollo del turismo uno de sus principales argumentos.

Palabras-clave: Pórticos, Monumentos, Símbolos, Marcas, Turismo



INTRODUÇÃO

Não são poucas as localidades¹ em que, ao visitarmos, nos deparamos com um portal ou pórtico de entrada. São monumentos comumente utilizados para dar boas-vindas, apresentando características consideradas marcantes para determinado destino turístico. Concebidos como elementos marcantes, não raras vezes funcionam como símbolo de direcionamento dos fluxos (LYNCH, 1982), representando uma marca registrada de dada localidade. São dotados de carga simbólica e sujeitos à interpretação sobre seu conteúdo pelos diversos atores sociais que os visitam. Na verdade, muitos deles são verdadeiras atrações turísticas, seja por sua monumentalidade, ensejada por formas grandiosas, seja por sua importância sobre a representação social acerca dos destinos vinculados a eles.

Tendo em mente tais características, o objetivo proposto para este artigo é o de entender a maneira como os pórticos são utilizados para representar determinada localidade, identificando-se como símbolos monumentais com potencial de reafirmar na paisagem uma imagem turística. Para iniciar esta reflexão, é importante explicar que entendemos serem os pórticos monumentos construídos “enquanto formas politicamente concebidas” (CORREA, 2007, p. 9). Consideramos, assim, pois guardam como característica sua composição marcante na paisagem de determinados espaços públicos (CORREA, 2007), transformando-se em símbolos para os observadores e transeuntes, que os percebem, fazendo sua leitura enquanto marcos, colocando-os como ponto de referência espaço-temporal (ALMEIDA SÁ, 2007). Enquanto monumentos, podem ser concebidos como formas simbólicas grandiosas que integram o meio ambiente construído (CORREA, 2007), impregnando-o de símbolos, com significados variáveis (COSGROVE, 1998).

Pórticos, assim como os demais monumentos, são estrategicamente inseridos na paisagem, recriando-a e dotando-a de “inúmeros símbolos, preenchidas com signos portadores de mensagens ideológicas, que contribuem para cumprir a tarefa de modelar o imaginário social” (PEET, 1996 *apud* CORREA, 2005 p. 23), comunicando permanentemente as mensagens que deles se espera comunicar (JOHNSON, 1994 *apud* CORREA, 2005). O caráter estratégico dos monumentos pode ser avaliado quando consideramos sua localização: a espacialização de um pórtico (ou de uma estátua) está impregnada de significados simbólicos; simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõem, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento (CORREA, 2005). Devemos compreender tais construções como elementos marcantes; instrumentos essenciais para orientação; marcos de localização (LYNCH, 1982); além de símbolos que podem cumprir determinada função fundamental para dado grupo social. Caso um monumento seja percebido como símbolo pelo observador, é a imagem que ele assume para os habitantes da cidade que expressa e define sua importância para o social (ALMEIDA SÁ, 2007).

Não raras vezes, os monumentos incorporam e preservam um sentido de memória coletiva (HARVEY, 2010). No caso específico de pórticos e portais de entrada em áreas turísticas, a definição de sua importância para o social é avaliada também dado a seu nível de integração no imaginário do visitante. Considerando que “visibilidade e acessibilidade

¹ Utilizamos o termo localidade ao invés de cidade por conta da existência de pórticos localizados em cidades (distrito sede) e em vilas.



maximizadas garantem a maximização da capacidade de comunicarem aquilo que deles se espera” (CORREA, 2007, p. 19), é comum que, em locais turísticos, tais monumentos sejam estrategicamente colocados não nos limites territoriais, mas em zonas integradas ao circuito dessa atividade: é um pórtico de entrada para a área roteirizada para o turismo, conformando-se enquanto marco inicial do consumo da paisagem com tal objetivo. Observa-se aí a importância da localização relativa apontada por Correa (2007). Os pórticos, vistos como monumentos são pensados com base na acessibilidade face aos (demais) espaços sociais e econômicos da cidade.

Se como vimos monumentos são símbolos materiais que comunicam determinada mensagem, é importante que expliquemos também o que compreendemos como símbolo e como os pórticos são simbolicamente trabalhados como marca identitária das cidades turísticas, representando de forma simplificada o conteúdo da referida localidade.

Símbolos caracterizam-se como marcos, remetendo-nos a uma ideia geral associada a ele. Uma associação que é essencialmente a atração de uma representação sobre outra, ou sobre outras (BOMFIM, 2006). Nossa capacidade de relacionar determinado acontecimento, fenômeno, forma ou discurso a outras manifestações é a base da formação simbólica e da compreensão dos símbolos.

O símbolo pode ser entendido como uma imagem com “conotações especiais além do seu significado evidente e convencional” (JUNG, 2008, p. 20). A formação dele pressupõe comparações, metáforas, analogias, condensações, ou seja, é essencialmente uma realização mental de associação, como pontuou Bomfim (2006). De acordo com esse conceito, tudo pode ser símbolo ou ser transformado em símbolo, desde que se consiga fazer uma correspondência satisfatória entre esse e um conjunto de imagens desse. “O símbolo perfeito vale como índice de direção e como atalho que encurta distancia” (BOMFIM, 2006, p. 70), “[...] é a substituição de longos encadeamentos por uma simples representação” (*Ibidem*). Todo símbolo é uma abreviação de; uma simplificação de. A grande questão a ser percebida é que tal abreviação não é desprovida de intencionalidade.

A intencionalidade pode ser associada à capacidade de dar significação ao símbolo. É elemento primordial para a compreensão das possibilidades de manipulação interpretativa de um real simplificado, abreviado ou resumido por determinada pessoa ou grupo que tem interesses sociais relacionados à compreensão direcionada da totalidade. Por ser uma condição individual, a intencionalidade pode ser também elemento de insurgência contra os símbolos estabelecidos pelo poder hegemônico.

O símbolo é também um conceito basicamente ligado à percepção sensorial, um processo de criação associativa entre um objeto (ou sensação, fenômeno ou determinado fato) e uma realidade externa a ele, mas a esse ligado diretamente. Os símbolos nacionais (o hino, a bandeira e o brasão) não são efetivamente a nação, mas a representam, participam de sua construção e afirmação, sendo parte efetiva dessa.



A interpretação do símbolo é uma constante reflexão mediada entre a objetividade do real e a subjetividade do pensamento. Esse fator é fundamental para entendermos o sentido de polivocalidade² (CORREA, 2009) existente neles. A subjetividade traz ao ser a possibilidade de se libertar do significado imposto pelos grupos hegemônicos ao gerar um elemento simbólico. Símbolos são geralmente criados socialmente e vinculados a uma lógica de reprodução de um modelo social relevante para determinado grupo, e esse utilizará todos os elementos discursivos disponíveis para solidificar sua linha interpretativa sobre tais símbolos.

Sistematizando o processo, poderíamos descrever o caminho para a concretização de um símbolo da seguinte maneira:

- a) a primeira luta a ser travada será pela consolidação como tal do elemento criado para ser um símbolo. Tais elementos são tão instáveis que só podem ser assim considerados após sua finalização. Jung (2008) aponta que, por mais genial que seja um ser, ele conseguirá no máximo criar um sinal associado ao pensamento racional que lhe deu origem. O símbolo sempre sugeriria coisas ainda desconhecidas, algo além de seu significado imediato;
- b) em um segundo momento, há uma batalha para afirmação da interpretação desejada como a hegemônica (o que inclui invisibilizar interpretações alternativas);
- c) existe ainda a necessidade de controle quanto à reinterpretação ou extinção desse elemento simbólico, caso esse perca sentido para a conservação das relações de dominação.

Não devemos desconsiderar ainda a possibilidade de usurpação simbólica³, ou seja, a apropriação de símbolos criados em grupos sociais não dominantes para consolidação de um grupo hegemônico. A disputa relacionada aos símbolos, entre sua afirmação e contestação (CORREA, 2005), é contínua.

A compreensão dos símbolos não pode ser deslocada de dois fatores fundamentais:

² Na obra *Monumentos, política e espaço*, Correa (2005) utiliza a expressão plurivocalidade para designar os significados diversos associados à monumentalização da paisagem. Os dois prefixos (*pluri*, de origem latina, ou *poli*, originário do grego) referem-se à noção de algo que ocorre em grande quantidade ou variedade.

³ Poderíamos exemplificar tal fenômeno com a evolução do samba e das escolas de samba do Rio de Janeiro. Manifestações surgidas como consequência da segregação dos pobres e negros das grandes sociedades e dos bailes de máscara da burguesia carioca, o carnaval do samba tem origem nas casas das tias baianas que promoviam encontros entre os sambistas. Tais encontros eram totalmente diversos dos modelos de civilidade burguesa que tentavam ser implantados em diversas esferas sociais pelas elites econômicas e intelectuais dominantes. O resultado foi repressão policial, associando tais manifestações à malandragem, desenvolvidas por negros vadios e desocupados (ERICEIRA, 2009). As manifestações festivas e os espaços dedicados a elas foram estigmatizadas, tendo como exemplos a nomenclatura das áreas periféricas do centro, chamadas de “pequena África”; e a marginalização de seus cultos religiosos e manifestações culturais por parte do poder público e da elite. Gradativamente, a história de luta e resistência da negritude por meio de suas manifestações culturais deixaram de ser “[...] perseguidos pela polícia e [foram se] transformado em produto de exportação” (MATOS, 2005, p. 36). Especialmente após a inauguração do Sambódromo, o desfile passou a obedecer a regras externas (como as exigências feitas pelas emissoras de TV), tornou-se palco da promoção de artistas famosos e minimizou a importância das próprias comunidades. (CHAGAS, 2004).



- a) seu caráter relacional entre a dimensão psicológica, mais ligada à individualidade e sua dimensão social. Mesmo que sujeitos à interpretação individualizada, símbolos são geralmente inseridos em uma sociedade e possuem significados construídos social e culturalmente. Devemos considerar a cultura como fator relevante na interpretação e construção de símbolos (TUAN, 2012). Esses “passaram por inúmeras transformações e mesmo por um longo processo de elaboração mais ou menos consciente, tornando-se assim imagens coletivas aceitas pelas sociedades civilizadas” (JUNG, 2008, p. 93). É importante lembrar que a própria cultura é um conceito evado de simbolismos recebidos, muitas vezes, por herança e projeto (BONNEMAISON, 2002). Só o confronto entre a dimensão pessoal, a cultura e as relações sociais nos fará compreender o símbolo de forma mais coerente;
- b) sua vinculação ao modelo social vigente, baseado na disparidade entre grupos dominantes, que buscam exibir o que detêm (COSGROVE, 2012) por meio dos símbolos “de riqueza, de posição, de fama e de poder, [que] sempre tiveram importância na sociedade burguesa” (HARVEY, 2010, p. 261) em contraposição aos demais.

Para arrematar o conceito, podemos dizer que um símbolo é um elemento construído, produzido, criado para representar uma totalidade, sendo parte dessa, ou como afirma Tuan (2012): o símbolo seria uma parte com poder para sugerir um todo.

A espacialização dos símbolos aliada ao seu conteúdo está no cerne de sua compreensão pelo viés geográfico de análise. Considerando esse fator, elegemos os pórticos como exemplo de monumento simbólico fixado no espaço com significado hegemônico associado à promoção turística, mas, como todo símbolo, sujeito à contestação e reinterpretção. Isso ocorre, pois, enquanto construções sociais e politicamente concebidas, eles são portadores de ambiguidades; com sua capacidade de comunicar aquilo que desejavam seus idealizadores, submetida a limitações e mesmo contestações quanto aos significados que deles se desejavam (CORREA, 2005).

Pretendemos compreender a lógica de espacialização dos pórticos instalados na “entrada” de certas localidades, avaliando-os enquanto monumentos simbólicos voltados à promoção do turismo. O território fluminense é nosso campo privilegiado neste estudo, configurando-se como o recorte espacial estabelecido.

Partiremos do seguinte raciocínio: o processo de organização espacial dos símbolos tem por objetivo personalizar a paisagem com algum elemento marcante para um grupo e, mais que isso, objetiva comunicar permanentemente (JONHSON, 1994 *apud* CORREA, 2005) para o conjunto social tal marca. A espacialização de formas simbólicas⁴ é elemento fundamental para a consolidação de relações de poder. Os símbolos podem ser considerados representações

⁴ É importante pontuar que utilizamos o termo espacialização de formas simbólicas para designar a organização dos símbolos no espaço material. Resumindo: compreendemos como espacialização de formas simbólicas o processo de materialização de um símbolo, sua fixação no espaço.



características da fixação de um grupo no espaço. Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares (BONNEMAISON, 2002), sendo a organização espacial dos símbolos um fator determinante para a afirmação de identidades.

Esses elementos simbólicos apresentam grande potencial para perpetuar antigas tradições, fazendo parecer antigo o que é novo, sendo representantes de valores que são passados como se fossem de todos (CORREA, 2005). Percebendo o espaço impregnado de signos e polos, veremos que sua organização é portadora de sentido. Sendo assim, “a mensagem que aí se escreve em termos (geo)simbólicos reflete o peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significados” (BONNEMAISON, 2002, p. 131). O estudo das expressões espaciais representativas de um grupo é importante, pois revela estruturas de poder, afinal “função social e função simbólica são esclarecidas uma pela outra” (BONNEMAISON, 2002, p. 104).

Para o estudo da espacialização de monumentos como símbolos, precisamos compreender tais elementos como marcas na paisagem, servindo “ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade” (COSGROVE, 2012, p. 227), percebendo que “todo monumento encerra em si uma monumentalidade, e nela está implícita uma carga ideológica, uma carga de poder” (RIBEIRO, 2003, p. 90).

A paisagem não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores (CORREA, 2011). Muito do simbolismo da paisagem não é aparente, e a ligação entre o símbolo e o que representa é muito tênue (COSGROVE 2012). A análise da organização espacial dos símbolos leva-nos ao estudo de seu impacto social e cultural na paisagem.

Monumentos são planejados para projetar⁵ na paisagem uma mensagem, uma ideia, um projeto, uma relação de poder. Nesse sentido, é importante ter em mente que estudaremos a monumentalização da paisagem em sua materialidade com o objetivo de perceber a organização espacial sugerida por ela⁶.

No caso dos pórticos, iremos analisar sua construção como projeção (representação) na paisagem de uma identidade turística para as localidades selecionadas no estado do Rio de Janeiro; para tanto, o trabalho interpretativo tem como ponto de partida a seguinte questão: em todos os municípios selecionados, há a produção de uma imagem turística, em geral construída com base em uma representação simplificada e estereotipada dos lugares (SERPA, 2005) e associada ao marketing turístico que se apropria seletivamente dos espaços.

⁵ Capra (2005, p. 103) afirma que “[...] as ideias, valores, crenças e outras formas de conhecimento geradas pelos sistemas sociais constituem estruturas de significado”; lembra ainda que todas as estruturas materiais – textos, obras de arte, tecnologias e bens materiais – são criadas com determinada intenção e segundo determinado projeto. Tal fato decorre de nossa capacidade reflexiva, que nos habilita a “formar imagens mentais de objetos físicos, formular objetivos e estratégias e, assim, a criar estruturas planejadas” (p. 130). Essas estruturas planejadas são “[...] sempre criadas em vista de algum fim e levam em si algum significado” (p. 131).

⁶ Durante todo o percurso analítico, enfatizamos o caráter relativo das representações hegemônicas, principalmente por considerar a condição subjetiva da interpretação individual ou de grupos não hegemônicos. Sem esquecer essa condição, nosso foco neste trabalho é avaliar as projeções hegemônicas que os pórticos sugerem para a organização socioespacial via paisagem.



A INTERPRETAÇÃO (REPRESENTAÇÃO) DOS PÓRTICOS FLUMINENSES

A turistificação envolve a construção de uma narrativa que se manifesta na paisagem por meio de símbolos diversos, sendo os monumentos relevantes para tal dinâmica, afinal eles “têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens [...], impregnando lugares de valor estético e simbólico” (CORREA, 2007, p. 11).

Tendo em mente tal processo, construiremos uma análise centrada nos seguintes parâmetros:

a) o significado hegemônico do pórtico como monumento turístico: faremos um breve percurso referente ao projeto e suas projeções como instrumento de promoção turística;

b) a monumentalidade do pórtico: momento no qual faremos uma avaliação de tal característica como algo que “está presente no monumento, mas vai mais além” (RIBEIRO, 2003, p. 91) de sua realidade empírica e imediata, envolvendo seu significado na construção do espaço (RIBEIRO, 2003). Nesse caso, estudaremos a escala do monumento, tanto em sua dimensão absoluta (área, volume e altura) quanto em sua dimensão relacional, comparando-o com outros monumentos da mesma natureza (CORREA, 2007); e

c) a localização como elemento central na visibilidade e acessibilidade dos pórticos: aqui, avaliaremos os pórticos em seu caráter absoluto, referente ao seu sítio, e seu caráter relativo, referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade (CORREA⁷, 2007). O objetivo é a compreensão da política locacional (CORREA, 2005) dos pórticos como formas simbólicas vinculadas ao turismo, considerando que a espacialização de um elemento marcante pode ter seu caráter reforçado por meio da localização (LYNCH, 1982).

A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES E A ESCOLHA DAS CIDADES

A operacionalização da pesquisa se deu através de análise dos municípios fluminenses que possuíam pórticos ou projetos de construção desses monumentos em alguma localidade de seu território. Como o resultado preliminar nos apontou um universo grande de projetos⁸, optamos por avaliar as localidades em que a atividade turística fosse relevante para a economia local, estadual e regional, sendo o pórtico um símbolo relevante nesse cenário. Para definir tal escolha, utilizamos como base as localidades contempladas pelo Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur)⁹

⁷ O autor propõe também a análise do caráter relacional dos monumentos, entendido por ele como aquele “que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais” (CORREA, 2007, p. 19). Esse será negligenciado propositalmente neste trabalho por entendermos que não possui relevância para os objetivos propostos no momento.

⁸ Dados do Portal da Transparência do Governo Federal retornaram pelo menos 27 projetos de construção ou reforma em pórticos turísticos.

⁹ Segundo o Ministério do Turismo (2015), “Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias, são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local”.

Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.



estadual. Essa política pública dividiu o território do estado do Rio de Janeiro em dois polos de desenvolvimento turístico: o polo serra e o polo litoral. Assim o fizemos por entender que são áreas onde a atividade turística está mais consolidada. No interior de cada um dos polos, identificamos as municipalidades em que há a presença de tais monumentos e optamos por analisar as seguintes localidades, tendo por base suas regiões turísticas: Armação dos Búzios e Arraial do Cabo (Costa do Sol); Petrópolis e Teresópolis (Serra Verde Imperial); Vassouras (Vale do Café); Itatiaia, através do distrito de Penedo, e Resende, através do pórtico da Estrada Parque no distrito de Visconde de Mauá (Aguilhas Negras). Em momento posterior, passamos à pesquisa de dados e informações, com o objetivo de avaliar se todas as localidades pré-selecionadas nos dariam a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa. Como nem todas as municipalidades disponibilizaram os dados solicitados, foi necessário fazer um segundo recorte, com base no conjunto de informações que conseguimos reunir.

O resultado dessa organização metodológica foi a escolha do município de Petrópolis, representante mais relevante do turismo no polo serra e considerado destino indutor do turismo regional pelo Ministério do Turismo. Nesse município, avaliamos os pórticos inseridos nas localidades Quitandinha e Bingen, além do projeto de construção de outro pórtico, no bairro Valparaíso. No polo litoral, o município avaliado foi o de Armação dos Búzios, através do pórtico localizado na confluência entre a RJ 102 e a Avenida José Bento Ribeiro Dantas. O balneário da Costa do Sol tem seu monumento fixado em área que, como em nenhuma outra localidade, confere a sensação de entrada na cidade turística. Assim como Petrópolis, Armação dos Búzios foi considerado destino indutor para o turismo, pelo Ministério do Turismo¹⁰.

OS PÓRTICOS EM PETRÓPOLIS: ELEMENTOS SIMBÓLICOS QUE REFORÇAM A MARCA DE UM PASSADO IMPERIAL

A cidade é considerada o principal roteiro da região turística Serra Verde Imperial. Seu centro histórico é notadamente marcado por fixos datados do período imperial brasileiro, especialmente por conta da residência de veraneio do imperador Dom Pedro II, hoje transformada no Museu Imperial. É justamente essa obra, destacada como o maior símbolo do período na paisagem petropolitana, o elemento central de ligação entre a história da cidade e sua construção enquanto destino turístico.

Atualmente, o município dispõe de dois pórticos: o primeiro deles, localizado no bairro Quitandinha (Figura 1a), é considerado a porta de entrada principal da cidade. Exatamente por esse fator, há integrados ao monumento um Centro de Informações Turísticas (Figura 1b) e uma área para exposição de artesanato. A construção do Quitandinha foi a

¹⁰ No ano de 2007, no interior do desenvolvimento do Plano Nacional do Turismo e do Plano de Regionalização do Turismo, foram criados 65 destinos indutores da atividade. Esses destinos seriam aqueles que deveriam ter prioridade de investimentos públicos e que suas políticas tivessem capacidade de reverberação para as localidades adjacentes. De acordo com o Ministério do Turismo (2008), os destinos indutores deveriam possuir infraestrutura básica e turística qualificadas, sendo receptor e/ou distribuidor dos fluxos turísticos, com capacidade de atrair e distribuir visitantes e turistas pela região, consolidando-se como elemento dinamizador da economia regional e estadual.

primeira do tipo instalada no município, sendo datada de 1999; o segundo pórtico, de estrutura mais simples, está localizado no bairro Bingen, com estrutura e cores semelhantes ao primeiro. Esse serve somente como indicador da entrada na cidade, não possuindo as estruturas anexas que caracterizam àquele.

Figura 1a: Pórtico do Quitandinha

Figura 1b: Centro de Informações Turísticas do Quitandinha



Fonte: 1a: Agenda Petrópolis. Disponível em: <https://www.agendapetropolis.com.br/agenda/seminario-em-petropolis-promete-agitar-o-turismo-na-cidade-imperial>

Fonte: 1b: Cleber Moraes (2012). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/cleberudy/7244249458/>

Segundo a municipalidade, os pórticos foram inspirados nas formas arquitetônicas do museu imperial. Isso explica a simplicidade das construções, uma vez que o neoclássico que inspirou parte importante da arquitetura oficial do império, incluindo o Museu Imperial, buscava se afastar do detalhismo do Barroco.

As estruturas características da obra neoclássica estão, mesmo que de forma simplificada, nos pórticos. O grande destaque é o frontão localizado na parte superior do monumento (Figura 2). Essa estrutura, além de ser um dos elementos característicos das obras neoclássicas, faz referência direta ao palácio que abrigou Pedro II. Outras marcas de identidade entre os monumentos são visíveis na paleta de cores do pórtico. O branco, alternando o “rosa imperial” ou “rosa Grão Pará” faz uma conexão direta entre o monumento e sua estrutura de inspiração: o Museu imperial, e, por conseguinte, com o próprio império¹¹. A representação de colunas nas laterais do pórtico é também uma característica das obras neoclássicas, que buscavam inspiração nas colunas das obras da antiguidade grega e romana. No Palácio Imperial, as colunas de inspiração grega são marcantes, e, nos portais turísticos, tais colunas são também representadas. A tentativa de aproximação entre as obras ainda é vista na própria estrutura paisagística que compõe a área do pórtico e do centro de informações turísticas do Quitandinha. Além dos prédios com cores e arquitetura similar à residência do imperador, as palmeiras imperiais que adornam os jardins do palácio também estão presentes na ornamentação da área, que, somadas à reprodução do calçamento em pedras, transmitem ao visitante a sensação de se estar, de fato, voltando ao passado.

¹¹ A marca é reforçada pela ideia de que a invenção da cor rosa Grão Pará foi feita a pedido do pretense príncipe Dom Pedro Gastão, que, ao solicitar o trabalho a um fabricante de tintas, decidiu nomear a tonalidade em homenagem ao Palácio do Grão-Pará, que servia de moradia ao suposto monarca.

Disponível em: <https://www.alemanhaemusica.com.br/index.php/a-cor-de-museu-imperial>. Acesso em: 27 mar. 2020.

O pórtico busca, então, reforçar, por meio das formas e das cores, sua identificação com o roteiro histórico, destacando a relevância que a cidade teve durante o império, algo visto no letreiro disposto abaixo do frontão: “Petrópolis Cidade Imperial”. Esse perfil de monumentalidade é explicitado por uma diretora do setor de turismo da prefeitura. Para ela, esses monumentos são importantes para Petrópolis, pois indicam a quem passa por eles que o visitante está chegando a uma cidade histórica.

Figura 2. Detalhes que aproximam o pórtico do Museu Imperial. Legenda: São observáveis nas duas imagens os seguintes elementos: **a)** a paisagem composta por palmeiras ao fundo; **b)** o calçamento em pedras; **c)** a semelhança entre as formas e cores dos monumentos; **d)** o frontão em destaque no pórtico, claramente uma simplificação daquele que está presente no palácio.



Fonte: Portal Garfadas pelo Mundo. Disponível em: <https://www.garfadaspelomundo.com.br/dicas-para-um-final-de-semana-na-serra-fluminense/>

Para avaliarmos a monumentalidade dos pórticos, tivemos como apoio duas questões relevantes para a compreensão do fenômeno: primeiro, consideramos que “a monumentalidade atua na dimensão do simbólico, dando visualidade, representando e valorizando as ideias, ações e concepções daqueles que a utilizam” (RODRIGUES, 2001 p. 42); como consequência da primeira questão, buscamos perceber como o simbolismo, a visibilidade e a acessibilidade atuam como elementos que “compõem, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento” (CORREA, 2007, p. 12).

A atividade turística é, ao menos desde os anos 1990, o fator central de desenvolvimento contemporâneo do município serrano, um processo que encerra profunda ligação com a própria constituição da cidade, ainda durante o período imperial. O que se consolida, então, é uma organização espacial presente, que se baseia sobre as figurações de um arranjo territorial pretérito (AMBRÓZIO, 2008), mas que busca proporcionar, via turismo, “uma reconquista territorial levada a cabo por uma coalização local gerenciada pelo governo municipal” (*Ibidem*, p. 26). Esse consenso é alicerçado pela incorporação oficial da imagem da Petrópolis, cidade imperial, que está concretizado no letreiro dos pórticos, mas que também permeia todo o processo de desenvolvimento dos planos e ações voltadas ao turismo, desenvolvidas pela municipalidade.

A escolha do slogan “Petrópolis: cidade imperial” tem estreita relação com a constituição de um capital simbólico que imprima ares de distinção, autenticidade e particularidade ao município, convertendo tal marca em potencial geradora de ganhos econômicos (HARVEY, 2005). Nesse quadro, Petrópolis é, não raras vezes, trabalhada como a única cidade imperial do continente americano, ainda que isso não passe de uma meia-verdade, uma vez que o próprio Pedro II concedeu esse título a diversas outras localidades¹².

A reconstituição histórica pela via da *cidade slogan* é elemento marcante no desenvolvimento da preservação em Petrópolis. Santos (2009) considera que boa parte dos elementos hoje valorizados como marcantes para o Império foram invenções republicanas, que, em um primeiro momento, utilizam a reconstituição do período como um elemento simbólico a ser incorporado no projeto conformador de uma imagem nacional para o país. É nesse contexto que se cria o Museu Imperial, que se prestou (ao menos naquele momento) a consolidar a metáfora do império como símbolo do fascínio que as imagens da nobreza têm sobre o público.

É interessante notar que a história do império é claramente reinventada para adaptar-se aos anseios presentes. A cor rosa, estrategicamente chamada de imperial, sequer é original desse período da história. Inicialmente, o prédio do Palácio de Petrópolis foi ornamentado pela cor amarelo ocre e teve sua tentativa de restauro embargada por diversos atores sociais ligados ao município, uma vez que a iconografia do monumento foi consolidada em fotos, vídeos e demais elementos imagéticos, com a cor rosa. Para o caso citado, recuperar as cores históricas seria um elemento negativo, que trabalharia contra a história recriada com objetivos diversos daqueles que justificaram a construção do palácio.

No interior desse processo de reconstrução histórica para desenvolvimento econômico, em 1998 foi elaborado o Plano Imperial, o primeiro plano diretor especificamente destinado ao turismo. A proposta insere Petrópolis na lógica empresarial do planejamento, caracterizando-se por ações voltadas a uma centralidade baseada no desenvolvimento

¹² Dentre as cidades brasileiras com o título de imperial, podemos citar: Rio de Janeiro, São Paulo, Villa Rica (atual Ouro Preto-MG), Itu-SP, Niterói-RJ, São Luís do Paraitinga-SP e Belém-PA. Duas curiosidades devem ser assinaladas quanto a essa questão: a primeira refere-se ao fato de Petrópolis só ter recebido oficialmente seu título no governo João Baptista Figueiredo (1981), quase cem anos após o fim do império; a segunda relaciona-se ao fato de Pedro II ter dado o título de cidade imperial a Montevidéu, quando a mesma ainda era província cisplatina. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/casl20090618.htm#topo. Acesso em: 12 abr. 2020.

de uma economia de serviços com caráter seletivo (ARAÚJO JUNIOR, 2010), cujo turismo é um dos elementos centrais. A necessária construção de consenso acerca do projeto de cidade a ser desenvolvido e do conteúdo simbólico que se quer (re)constituir pode ser vista através dos atores envolvidos no planejamento, que foi levado a cabo pela Prefeitura Municipal, pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e da Companhia de Turismo de Petrópolis (PETROTUR), mas contando com apoio da iniciativa privada, além de alguns setores da sociedade civil (CUNHA, 2008). Sua reavaliação (publicada em 2009) foi consolidada em um projeto denominado Petrópolis Imperial. Nesse documento, um dos primeiros objetivos traçados foi o de criar a identidade de Petrópolis, objetivando posicionar a cidade como destino turístico. A análise do projeto nos sugere que, na verdade, o que se quer é consolidar a marca principal, além de propor uma diversificação dos roteiros e atrativos, uma vez que é assumido que já foram feitas ações estratégicas para o desenvolvimento turístico da cidade.

Para nossos objetivos, importa-nos ver que, desde o Plano Imperial, foram desenvolvidas intervenções para consolidar a imagem do destino como capital do Império Brasileiro, dentre as quais destacam-se: a construção dos Centros de Informações Turísticas, incluindo o pórtico do Quitandinha; a elaboração de roteiros e circuitos; a aplicação de sinalização viária e turística, além da reurbanização do centro histórico. Todas as operações descritas, em conjunto, exemplificam a intenção de organizar o espaço, baseando-se no simbolismo da monarquia, inclusive inventariando, reformando e construindo fixos que poderiam ser utilizados para consolidar tal imagem. Nessa conjuntura, nenhuma outra construção simboliza mais essa imagem, que o Museu Imperial, que deve ser visto como um dos principais (senão o principal) marcos territoriais e simbólicos da cidade (CARDOSO, 2019) e do período que se quer valorizar para o consumo turístico.

No contexto analisado, a monumentalidade simbólica do pórtico não está nele enquanto obra arquitetônica, mas sim em sua capacidade de remeter o visitante ao Museu Imperial, e desse, ao próprio império. A monumentalidade associada ao pórtico deve ser compreendida no interior dessa construção simbólica que se baseia na concepção de “Petrópolis como destinação turística possui[r] um aspecto diferencial como ‘Cidade Imperial’ que se caracteriza pela diversidade de atrativos histórico-culturais” (PETRÓPOLIS, 2009, p. 39). O consenso estabelecido pelo trade turístico (e pela pequena aristocracia local), nos anos 1990, foi reafirmado no documento de revisão do primeiro plano diretor do setor. Nesse, a atividade turística municipal primária “pela manutenção do antigo e já consolidado posicionamento de CIDADE IMPERIAL”¹³ (*Ibidem*, 2009, p. 55). Os pórticos, como exemplos de monumentos intencionais¹⁴, foram construídos justamente nos períodos de criação e consolidação da marca turística que se quis imprimir para o município.

¹³ Texto em MAIÚSCULO proveniente do documento original.

¹⁴ Em seu trabalho *Cidade, monumentalidade e Poder*, Cristiane M. Rodrigues (2001) nos apresenta uma classificação dos monumentos trabalhada inicialmente por Riegl (1984). Para esse autor, os monumentos poderiam ser não intencionais, por não terem sido construídos com objetivo explícito de rememorar algum aspecto social; ao contrário dos intencionais, que seriam produzidos conscientemente para conservar na memória coletiva, determinada manifestação social, considerada relevante para um grupo ou coletividade.

Os pórticos inserem-se nessa proposta de recuperação de um passado, visto simbolicamente como glorioso e opulento. O turismo seria uma forma de reabilitar tais glórias. Nesse cenário, a requalificação urbana de áreas avaliadas como históricas¹⁵, assim como a inserção de outras marcas no espaço, a exemplo dos pórticos, pode ser vista como parte de uma estratégia de territorialização geossimbólica do espaço, utilizando o turismo como justificativa para conservar (de forma conservadora) determinadas características espaciais que são consideradas econômica e/ou culturalmente relevantes. A ligação pórtico-Centro Histórico-atrativos turísticos-roteiros turísticos insere-se na lógica de produção espacial geossimbólica trabalhada por Bonnemaison (2002), uma vez que a relação entre o itinerário traçado do portal de entrada ao centro histórico foi pensado justamente para fortalecer a identidade avaliada como marca principal da cidade, servindo também como estratégia de fortalecimento dos grupos sociais identificados com tal marca, uma vez que o recrudescimento desse mesmo núcleo territorial [o centro histórico] significaria o favorecimento de uma coalização de elite, interessada na reabilitação de uma potência territorial (AMBRÓZIO, 2008). A monumentalidade dos pórticos só pode ser compreendida no interior desse projeto, que tem se configurado como um verdadeiro “monólogo: o monólogo do poder” (RODRIGUES, 2001 p. 4). Esse modelo de planejamento visa converter as áreas selecionadas em um museu a céu aberto, fazendo perdurar a imagem imperial no imaginário e na memória coletiva (CARDOSO, 2019). O poder que essa pequena parcela da população tem sobre os destinos da administração local possui como resultado diversas intervenções no território, que devem ser vistas como a “espacialização de uma ideia, de uma concepção de mundo que procura tanto sua autoafirmação quanto a subjugação de outras ideias e concepções destoantes” (RODRIGUES, 2001, p. 4).

Sua colocação em pontos considerados como as portas de entrada oficiais da cidade é estratégica e está em consonância com a proposta de consolidação geossimbólica dessa parcela do território municipal. Há um conjunto de intervenções históricas que direcionaram as estruturas locais para a área onde os pórticos foram instalados. A rodoviária intermunicipal foi deslocada para o entroncamento entre o bairro Bingen e a BR-040, que foi gradativamente transformada em porta de entrada oficial da cidade, apagando o caminho histórico, via RJ 107, chamado de Estrada Real e verdadeiro caminho para acesso ao local de veraneio da Família Real. São esses fatores que corroboram com a tese que o fator acessibilidade e visibilidade estão no interior do que Correa (2005; 2007) chamou de política locacional dos monumentos, por considerar que “a localização de um monumento no espaço urbano tem um sentido político” (CORREA, 2007, p. 15).

Para o caso aqui analisado, como já apresentado, a cidade possui dois monumentos do tipo pórtico: o principal, datado de 1999, localiza-se no bairro de Quitandinha, nas proximidades da confluência entre a Rodovia Washington Luís (BR-040) e a via local chamada de Avenida Ayrton Senna. A municipalidade trabalha com o pórtico como área de “acolhimento” aos excursionistas. Fala-se também em triagem de ônibus de turismo. Nesse sentido, o fixo seria uma

¹⁵ Registramos aqui que todo o espaço geográfico é histórico. O valor de uma área histórica tem muito mais relação com as disputas discursivas (e financeiras) associadas à patrimonialização de espaços que ao fato de existirem espaços prechos de história, em contraposição aos historicamente vazios.

estrutura de controle e direcionamento de fluxos no interior da cidade; o segundo pórtico é uma versão reduzida e muito semelhante ao primeiro, ainda que não existam tantos detalhes arquitetônicos nessa construção (Figura 3), localizado no bairro Bingen, também em área próxima a BR-040. Mesmo mais simples que o primeiro, estão presentes em sua composição: o frontão característico das obras neoclássicas, elemento inspirado no Museu Imperial; a pintura com as cores rosa e branco; e o letreiro com a alcunha da cidade: Petrópolis cidade imperial. Toda a ornamentação desse pórtico também está em total harmonia com a imagem proposta como aquela que particulariza o município no mercado de venda das cidades.

Figura 3.O pórtico do Bingen



Fonte: Google Maps. Disponível em: [https://www.google.com/maps/@-](https://www.google.com/maps/@-22.51748,43.2261398,3a,24.3y,63.01h,95.66t/data=!3m6!1e1!3m4!1sz_DPrdi6_x6xL8jw7aQlgA!2e0!7i16384!8i8192)

[22.51748,43.2261398,3a,24.3y,63.01h,95.66t/data=!3m6!1e1!3m4!1sz_DPrdi6_x6xL8jw7aQlgA!2e0!7i16384!8i8192](https://www.google.com/maps/@-22.51748,43.2261398,3a,24.3y,63.01h,95.66t/data=!3m6!1e1!3m4!1sz_DPrdi6_x6xL8jw7aQlgA!2e0!7i16384!8i8192)

A política locacional pode ser vista também como estratégia de direcionamento dos fluxos turísticos. Em Petrópolis, cidade que prima pelo desenvolvimento do turismo histórico, especialmente por seu conteúdo relacionado ao período imperial, é curioso perceber que a entrada da cidade via Alto da Serra esteja totalmente desintegrada dos circuitos turísticos indicados pelos pórticos. A chamada Serra Verde Imperial foi devassada como caminho da monarquia, justamente no trecho que desemboca nesse bairro; ainda assim, o conteúdo histórico desse trajeto é apagado, quando muito é marginalmente lembrado, mostrando que a preservação do patrimônio, quando subjugada aos desígnios do mercado turístico, tende a ser feita de forma parcial, considerando aspectos valorizados pelo setor e desconsiderando o valor histórico e cultural de áreas e monumentos que estão fora dos roteiros e circuitos programados pelos agentes

hegemônicos. Nesse caso, a localização dos pórticos pode ser avaliada como uma reinterpretação do passado baseada na organização espacial do presente, especialmente por ajudar no deslocamento do turismo para o eixo da Rodovia Washington Luís como caminho de acesso ao centro histórico. É óbvio que a rodovia que liga o centro histórico ao caminho do ouro não suportaria o alto fluxo que hoje a BR-040 acomoda, mas, ainda assim, não se pode esquecer que o Alto da Serra é um bairro periférico, acessível via RJ 107, estrada de conteúdo histórico intimamente ligado ao período monárquico¹⁶ (tanto que faz parte do circuito Estrada Real); porém, seu leito cruza localidades de baixo valor agregado para o trade turístico, caracterizadas pelo perfil básico das áreas periféricas, ou seja, dominadas pelos chamados *usos sujos* do espaço, pela habitação de baixa renda, geralmente autoconstruída, consolidando-se como área de conteúdo esteticamente desprezível pelo turismo. Nesse caso, a ausência do pórtico na localidade sugere um acordo para não inserir no foco das ações, o caminho por onde o Imperador cruzou o estado para “descobrir” a futura cidade imperial.

A questão dos usos sujos também é importante para avaliarmos como a política locacional trabalha para mitigar, ou mesmo eliminar os usos de solo considerados inadequados para o desenvolvimento turístico. Mascarenhas (2004) fez um esforço para compreender como a evolução da atividade turística gerou uma redefinição do conceito de usos sujos do solo. Se, inicialmente, o termo foi utilizado para melhor explicar o perfil da urbanização modernizadora de caráter higienista do século XIX, que, no Brasil, foi posta em prática na cidade do Rio de Janeiro, com as reformas urbanas do início do século XX; contemporaneamente, o termo ajusta-se perfeitamente às avaliações sobre o processo de desenvolvimento do turismo, que, por conta de sua vinculação com a produção de imagens relevantes para posterior venda, tende a ampliar “o rol dos usos considerados ‘sujos’” (Ibid. p. 5).

Se, como vimos, os pórticos são monumentos fixos que objetivam controlar e direcionar os fluxos, quando da composição de um roteiro turístico, os fluxos passam a governar os fixos, adequando-os ou mesmo eliminando-os, quando não relevantes para a valorização estética e/ou econômica da atividade. A conjuntura descrita impõe aos pórticos uma colocação, não raras vezes, distante dos limites do município, sendo estrategicamente fixados nos locais considerados adequados como marcos iniciais dos roteiros turísticos. Sua localização buscaria garantir certa continuidade estética com o roteiro que se quer destacar. É comum o uso dos monumentos como ponto referencial de itinerários voltados a localização de determinadas áreas associadas ao trade turístico (Figura 4).

¹⁶ É curioso notar como a historiografia do trade turístico sobre o nascimento da cidade marginaliza o conteúdo histórico do caminho velho. Fala-se do sonho de Dom Pedro I e da organização da cidade por seu sucessor, mas dificilmente é citado com detalhes que o caminho utilizado pela comitiva imperial era via Alto da Serra. Há um cerceamento do conteúdo histórico do bairro que não tem nenhum atrativo histórico cadastrado nos portais oficiais de turismo.

Figura 4. O pórtico como ponto referencial para itinerários turísticos. Legenda: O mapa pictórico disponível no portal de um meio de hospedagem local é característico do direcionamento de fluxos associados ao turismo. Os pórticos estão localizados nas bordas da representação do terreno, sinalizando a ideia de porta de entrada do roteiro (e da cidade), e os elementos não relevantes para o mercado são marginalmente apresentados ou mesmo apagados. Exemplo mais relevante da seletividade dos caminhos históricos propalados pelo turismo está no claro apagamento do caminho velho que liga a capital do estado à cidade serrana. O bairro Alto da Serra não é apresentado, mesmo sendo parte do caminho Estrada Real. As flores são colocadas justamente na área correspondente ao bairro, dando a sensação de fim do caminho, pois é a única das bordas totalmente fechada no plano do mapa.



Fonte: Hostel Petrópolis. Disponível em: <https://www.hostelpetropolisoficial.com.br/localizacao.html>

No caso de Petrópolis, a história ligada ao Império, há muito, estava descaracterizada, fruto dos períodos posteriores a ele, em que a cidade perdeu os elementos que a fizeram ser famosa (o fim do império decretou sua perda de centralidade como residência oficial da família real e a transferência da capital para Brasília a fez perder o charme associado ao veraneio dos presidentes da República). A expansão da industrialização e da própria metrópole do Rio de Janeiro fez com que o passado fosse entrecortado por uma série de elementos novos, que descaracterizavam a paisagem imperial, que já havia sido forjada com base na segregação profunda, proposta pelo plano Koeller. Ambrózio (2008) nos lembrou do atulhamento sofrido pelo centro da cidade, por conta da evolução da urbanização e da industrialização. Esse processo *sujou* diversas áreas que seriam acolhidas para o projeto de reconstrução da imagem da cidade para o consumo turístico¹⁷.

A atividade turística significou a construção de um consenso pelo alto, em que agentes relevantes para a economia da cidade decidiram ativar a marca imperial, direcionando-a para a construção de um perfil adequado ao consumo pelo mercado turístico. O resultado foi um contínuo processo de reorganização

¹⁷ Ambrózio (2008) ainda nos lembra de que o núcleo duro do centro histórico de Petrópolis sequer perdeu seu caráter aristocrático, tendo sido mantido, majoritariamente, como área de prestação de serviços avançados e área de moradia das classes médias. As reformas urbanísticas teriam também um caráter preventivo, evitando que tal área pudesse ser ocupada por classes e usos de solo indesejáveis, algo que vinha gradativamente ocorrendo com a centralização urbana da área. O pesquisador aponta que os projetos de requalificação do centro histórico são, na prática, uma estratégia de cerceamento de uso do solo pelas classes populares.

espacial, objetivando rememorar, ainda que de forma pejorativa, os elementos históricos da monarquia, sendo parte importante dessa iniciativa as operações de limpeza estética das áreas escolhidas como parte do roteiro. Esse consenso, criado pelos grupos economicamente hegemônicos, materializa-se com o projeto de requalificação do centro histórico, que acontece com certa continuidade, independente do grupo político que esteja no comando do poder municipal¹⁸. Nesse caso, o pórtico, que fora construído justamente no bojo das transformações visando requalificar determinadas áreas da cidade para o turismo, serve como reforço identitário, um auxílio nesta busca por refundar o passado, tendo como um de seus suportes um monumento construído no presente, mas forjando um futuro¹⁹ claramente associado aos valores de outrora (ANJOS, 2011). Essa simbolização histórica, no caso da Petrópolis imperial, transformou-se em isca (AMBRÓZIO, 2008) para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que, apesar da alcunha (oficialmente dada pelo presidente João Baptista Figueiredo), restringe-se somente a partes selecionadas do centro urbano municipal. A diversificação da oferta, especialmente por conta das dificuldades de fixação do turista somente no centro histórico, além do desenvolvimento de atividades vinculadas à residência secundária, do turismo rural e ecológico nos distritos, vem consolidando essa característica do roteiro histórico como chamariz da busca por outras opções para o turista e/ou veranista.

Vejamos agora o exemplo de Valparaíso: “o Leblon de Petrópolis²⁰”. Quando trabalhados no interior do circuito histórico, os pontos considerados turísticos desse bairro são inseridos em um roteiro marginal, chamado pela municipalidade de “arredores do centro”; entretanto, os empresários locais e a própria prefeitura têm buscado criar e reforçar uma identidade paralela à do roteiro histórico, através da institucionalização de um polo gastronômico. Um dos elementos escolhidos pelos agentes envolvidos na consolidação do roteiro foi justamente a fixação de um pórtico, cujo objetivo seria demarcar a área do polo. Nesse caso, a ideia seria reforçar o significado que está sendo atribuído a essa parcela do espaço, utilizando a presença do pórtico para o fortalecimento desta marca, em consonância com o apontado por Correa (2007). A proposta da prefeitura do município é demarcar fisicamente no corredor (em local considerado estratégico para os promotores do roteiro) a área que identifica o centro gastronômico, criando a ideia de apontar o que está e o que não está contido no interior daquela marca simbólica que se quer criar ou reforçar.

¹⁸ Episódios marcantes da convergência de ideais administrativos, podem ser vistos desde a concepção do Primeiro Plano Diretor para o turismo municipal (1998); sua revisão, de 2009, que reafirma a imagem central do município; passando pelo Projeto de Valorização do Centro Histórico de Petrópolis – Pró-Centro (2000); até a modificação de legislações concernentes ao uso e organização do solo, que, segundo Ambrózio (2008), datam de 1997.

¹⁹ Isso fica claro quando vemos as palavras do prefeito Rubens Bomtempo, de 2006, quando da aceleração das obras de requalificação das áreas determinadas como Centro Histórico. O administrador cita que tal projeto era desejo dos petropolitanos, que gostariam de ver o resgate da Rua do Imperador. Afirmou ainda que tal resgate era resultado de um pensamento de futuro, de quem projeta a cidade para pelo menos 50 anos, ao atrair turistas como forma de fomentar a economia (apud AMBRÓZIO, 2008).

²⁰ A referência é encontrada entre promotores imobiliários e empresários ligados ao setor gastronômico do bairro.

O caso dos pórticos de Petrópolis é fator ilustrativo da importância estratégica que localização do monumento possui em seu planejamento, estando em concordância com a avaliação de Correa (2005; 2007) sobre a verdadeira política locacional que encerra a espacialização dos monumentos.

O PÓRTICO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS: UM SÍMBOLO DA RELAÇÃO ENTRE GRUPOS ANTAGÔNICOS

Este município está inserido no universo do turismo litorâneo, com imagem majoritariamente associada a um balneário sofisticado, marcado pela presença da atriz francesa Brigitte Bardot. A construção da imagética associada ao destino concentra-se justamente no cenário encontrado pela referida atriz, quando de sua visita à então afastada colônia de pescadores, naquele momento parte do território de Cabo Frio. Após tal “descoberta”, o local passou a ser apropriado por pessoas de renda média e alta, especialmente oriundos do Rio de Janeiro. Esses grupos forjaram uma imagem que fundia a simplicidade de uma colônia de pescadores com a sofisticação requerida por grupos concentradores de renda. O resultado foi a chamada arquitetura de “estilo buziano”. A principal marca dos fixos inseridos na cidade é a constituição de um padrão construtivo característico, que foi replicado nas formas do pórtico turístico do município (Figura 5). É nesse enquadramento que se insere o significado hegemônico atribuído ao pórtico.

Figura 5. Pórtico de Armação dos Búzios



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-22.7743897,-41.9302293,3a,75y,78.59h,98.54t/data=!3m6!1e1!3m4!1sbOCJvcAXwsntctCKp2mzKQ!2e0!7i13312!8i6656>

Quando solicitamos informações sobre o projeto de construção do pórtico, os responsáveis pela prefeitura mencionaram que ele objetiva reforçar o “estilo buziano” de arquitetura. A expressão, informada



oficialmente pela prefeitura, expõe uma característica marcante da cidade-balneário: um estilo construtivo considerado próprio de quem ocupa tal espaço.

Armação dos Búzios é historicamente associada a um modelo científico de arquitetura, que normalizou a transformação da colônia de pescadores em área de turismo sofisticado. O chamado estilo buziano de construção busca preservar em suas formas as características pretéritas da pequena vila de pescadores, mas com um estilo requintado. Ao tratar de uma exposição ocorrida na cidade, em 2017, justamente para celebrar o padrão construtivo buziano e apresentar novos projetos, em consonância com tais parâmetros; o jornal O GLOBO fez circular uma reportagem de nome “Vila de Pescadores com estilo”, em que apresenta um histórico do desenvolvimento da cidade, pela ótica dos arquitetos que trabalham e trabalharam pela consolidação da arquitetura padrão nos limites municipais. O estilo buziano ainda é perfeitamente perceptível, mesmo após décadas de acelerado crescimento urbano. Caminhar pela orla das praias, sobrevoar a península e percorrer o trecho da Estrada Bento Ribeiro Dantas entre o pórtico de entrada e a prefeitura municipal são atividades que farão o observador perceber certa padronização estética em diversas áreas do município. Segundo o jornal, o estilo construtivo, em que a maioria das casas tem até dois andares, muitas delas com telhados de cerâmica, à moda de antes da chegada dos turistas e da passagem de Brigitte Bardot por suas praias (GALDO, 2017), é destaque na paisagem. O grande mote da historiografia oficial da cidade é a manutenção do estilo simples de uma vila de pescadores, ainda que o crescimento das funções balneárias, seguido da elitização de grandes áreas, tenha desalojado aqueles que viviam da pesca²¹. A imagem do pescador e sua maneira simples de viver e construir são incorporadas ao imaginário coletivo, mas sua presença física no cotidiano do balneário não é mais tão frequente, sequer é necessária, uma vez que já contribuiu com a construção da história oficial do desenvolvimento urbano do município. A partir de então, importantes modificações socioespaciais foram impressas no território municipal, principalmente na área peninsular, por conta da aquisição de diversas propriedades localizadas em áreas valorizadas pelos circuitos turísticos, o que levou os proprietários anteriormente fixados em tais áreas a se deslocar para as zonas periféricas (CARNEIRO, 2018). Com o mercado imobiliário e turístico ditando as regras de organização do solo, a população local passa a presenciar o controle e aquisição de suas casas para a promoção de maior conforto aos turistas que visitavam o vilarejo (SALES, 2010); o que sobrou para os pescadores foi a possibilidade de se juntar aos migrantes de baixa renda, nas localidades afastadas da orla, tendo recebido dos incorporadores o compromisso de manter a simplicidade da vila de outrora, uma vez que essa característica seria utilizada como marca local para venda do turismo.

A segregação socioespacial é normalizada, como se os pescadores tivessem se afastado da orla por vontade própria, ao vender para primeiros veranistas, suas propriedades, que foram assim convertidas em

²¹ O arquiteto Guido Campanate, ouvido pela reportagem, falou que o estilo construtivo que remete às casas da antiga colônia de pescadores é o aspecto mais legal da construção, por garantir o frescor e a simplicidade dos projetos.



residências ocasionais, primeiras residências de migrantes abastados e diversos investimentos do setor hoteleiro. O resultado do fenômeno foi um intenso desenvolvimento do setor imobiliário, que se concentrou, especialmente na área peninsular, em imóveis de alto padrão, levando, frequentemente, a um processo de privatização de praias. Para Carneiro (2018), o que se viu, na realidade, foi um rápido processo de gentrificação, com mudança do perfil social dos habitantes das áreas centrais, como fruto da especulação imobiliária, que levou a um vertiginoso crescimento no custo geral de vida, forçando, assim, a mobilidade daqueles de menor poder aquisitivo em direção as áreas adjacentes ao foco principal da organização turística municipal. Para o caso de Armação dos Búzios, o marco divisor dessa organização socioespacial é justamente o pórtico, localizado estrategicamente como ponto inicial do espaço que deve ser normatizado pela arquitetura buziana.

Apesar do crescimento imobiliário do município, “houve o cuidado de se imprimir nas construções – de traços arquitetônicos arrojados e luxuosos – o estilo simples e característico das casas dos pescadores” (CARNEIRO, 2018 p. 32), o chamado estilo buziano, que se tornou elemento de identidade da cidade. A consolidação dessa marca paisagística deu à arquitetura um poder histórico no município²², o que proporcionou a conservação dos padrões estéticos cunhados como parte da arquitetura buziana, através de ações institucionais, tais como a constituição de prédios públicos, que seguem tais parâmetros (Figura 6), incluído aí o pórtico, além da criação de marcos legais que preservam a modelagem construtiva.

Para firmar ainda mais a arquitetura oficial como forma de padronizar o estilo construtivo, a prefeitura, desde 2019, tem oferecido suporte legal e consultoria arquitetônica, possibilitando a elaboração de projetos que estejam em conformidade com os parâmetros buzianos. A ação é voltada aos que não possuem condições financeiras de arcar com os serviços de um arquiteto. O ano inicial do projeto coincide com a designação do arquiteto Octávio Raja Gabaglia²³ à função de secretário de desenvolvimento urbano²⁴.

²² O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) tem uma seção descentralizada somente para atendimento ao município de Armação dos Búzios, o que destoa totalmente do padrão de organização administrativa do órgão no Estado do Rio de Janeiro, que é estruturado em escala regional. Disponível em:

<http://iabRJ.org.br/conheca-os-nucleos-regionais-do-iabRJ/>. Acesso em: 15 abril 2020.

²³ Este é considerado um dos pioneiros na defesa do estilo buziano de construir.

²⁴ Esse projeto tem relação com a constatação do Arquiteto Arthur Carlos Costa, para quem: “Hoje, são duas Búzios. Uma próxima à orla, mais preservada. E outra na direção contrária, onde, infelizmente, vale quase tudo e a fiscalização é ineficaz” (apud GALDO, 2017).

Disponível em: <http://oglodigital.oglobo.globo.com/epaper/viewer.aspx?noredirect=true&bookmarkid=CNXR2VONPHT4>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Figura 6. Prédios públicos e o estilo buziano de arquitetura. Legenda: Todos os prédios administrativos do município, incluindo os apresentados, estão totalmente inseridos na lógica arquitetônica do estilo buziano, em que as construções precisam ter gabarito baixo, com o máximo de dois pavimentos, e o segundo com taxa de ocupação menor que o primeiro, com telhados em cerâmica de estilo colonial



Fonte: Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios. Disponível em: <https://buzios.rj.gov.br/>

Os códigos de significação associados ao pórtilco (inaugurado pouco depois da emancipação municipal) são relacionados à conservação (especialmente na área focal do turismo) do padrão de desenvolvimento urbano que se queria promover. O pórtilco está plenamente integrado ao processo histórico de construção quase mítica de uma imagem que foi “tornada hegemônica da cidade, construindo, impondo ou reforçando a metanarrativa do lugar. Essa concretude resulta em uma estetização do urbano ou na materialização do mito para fins mercantis” (XAVIER, 2006, p. 19).

Essa estetização paisagística cria para Búzios uma ligação entre dois mundos inicialmente antagônicos: o das colônias de pescadores, baseadas em um estilo de vida simples (Figura 7a); e o das pessoas ricas, influentes e famosas, que queriam buscar um estilo de vida simples, mas não rudimentar (Figura 7b). Como na prática das relações econômicas, com seus reflexos na organização espacial, há enormes incompatibilidades entre tais mundos, a imagem hegemônica serve para dar contornos positivos ao processo de substituição da aldeia dos pescadores pelo balneário sofisticado. A conformação dessa imagem, valorizada pelos veranistas e novos moradores, foi consolidada com a arquitetura de estilo buziano. Essa forma de se construir manteve presente, no novo município, dois elementos que supostamente dariam esse toque de simplicidade, existente em um pequeno vilarejo: a manutenção da cidade horizontal e os telhados coloniais característicos das casas mais antigas, provenientes do período pré-turístico.

Figura 7a: “Búzios velho”



Fonte: Rio de Janeiro Aqui. Disponível em:
<http://www.riodejaneiroaqui.com/pt/buzios->

Figura 7b: João Fernandes: a “nova Búzios”



Fonte: Temporada Livre. Disponível em:
<https://www.temporadalivre.com/aluguel-temporada/brasil/rio-de-janeiro/armacao-dos-buzios/joao-fernandes/72378-lindissima-vila-com-nove-suites-com-vista-paradisiaca-e-o-por-do>

A força comunicativa da obra do pórtico está em sua inserção no conceito de arquitetura buziana, que tem como resultado objetivo a materialização de uma paisagem considerada tipicamente buziana. É esse o significado político da monumentalização do pórtico, que se torna parte de uma paisagem marca, no sentido atribuído por Berque (2002), uma vez que resulta da impressão, no espaço, de códigos culturais que identificam determinado grupo social.

Para o caso de Búzios, ainda mais que em Petrópolis, o significado hegemônico do pórtico só pode ser compreendido através do conjunto urbano materializado na paisagem. A análise só será bem-sucedida se compreendermos que esse monumento – assim como outros, estrategicamente instalados em localidades consideradas importantes para a consolidação da marca Búzios – insere-se no interior de uma realidade social que tem a paisagem como um dos elementos políticos mais fortes para se forjar uma identidade, uma vez que a “materialização de sentidos simbólicos do lugar implica em reforço do consenso, que garante o fortalecimento da ideologia dominante e a satisfação dos interesses dos grupos com maior poder econômico e político” (XAVIER, 2006 p. 108).

A identidade se daria não por suas formas espetaculares, mas sim por ser parte integrante da homogeneidade estética que está impressa na paisagem (Figura 8), através da arquitetura considerada característica da cidade. Como afirmou a própria administração municipal, quando solicitamos informações oficiais sobre o projeto de construção do monumento: o portal onde se localiza a Secretaria Municipal de Turismo foi projetado pelo arquiteto Hélio Pelegrino e sua concepção objetiva reiterar o “estilo buziano” das construções da cidade (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2016).

Figura 8. Geribá e a paisagem buziana. Legenda: As imagens panorâmicas dos bairros são patentes e mostram o sucesso da conformação de uma paisagem característica do chamado estilo búzios: uma organização urbana basicamente horizontal, fruto das restrições de gabarito; aliada a uma padronização dos telhados, com suas coberturas em estilo colonial.



Fonte: Booking. Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/br/casa-geriba-armacao-dosbuzios12345.pt-br.html>

Todas as referências à monumentalidade desse fixo encontrarão, necessariamente, duas projeções simbólicas, que serão analisadas a seguir: a primeira diz respeito ao nível de integração ao projeto buziano de desenvolvimento urbano, uma força geossimbólica que projeta quem faz ou não parte de um modo característico de se construir e de viver. Decorrente dessa pretensa particularidade, existe a projeção monumental da própria localização, que reforça o padrão de organização espacial que cria uma cisão entre o território peninsular e o continente.

Como vimos, um monumento é assim considerado por ser um símbolo. E, como símbolo, constitui-se em uma marca. Cabe a nós se queremos conceber o pórtico da cidade como um monumento, provar de onde provém essa monumentalidade simbólica que o transforma em elemento marcante na paisagem.

Se considerarmos a projeção de poder dos grupos hegemônicos, como já avaliamos: o pórtico deve ser visto como parte da materialização, na paisagem urbana, de um estilo construtivo que identifica e diferencia a cidade, no interior do mercado turístico e imobiliário. Mas, em Armação dos Búzios, percebemos que o sentido hegemônico vem sendo margeado por outras formas de avaliação do fixo, dando ao mesmo uma monumentalidade polivocal, corroborando com a avaliação de Correa (2007), segundo o qual as formas simbólicas são sujeitas a interpretações distintas, sendo caracterizadas por uma instabilidade de significados.



Ao compreendermos os pórticos somente como monumentos intencionais, pensados como formas simbólicas que objetivam consolidar uma “única e oficial interpretação da história, articulada pelas elites” (CORREA, 2007, p. 11), para afirmar ou reafirmar seus anseios sociais face a determinado grupo, deixaremos escapar de nossas análises, a percepção dos monumentos como símbolos materiais que, para além da afirmação do poder de determinada classe ou grupo social, são plenamente sujeitos a manifestações populares de contestação (CORREA, 2005). Na prática, especialmente para o caso de Búzios, tem se consolidado a noção de que tais marcas podem ser ressignificadas e reinterpretadas. Tendo esta discussão em mente, devemos então fazer o seguinte questionamento: além do significado hegemônico, que outros elementos encerram o caráter monumental desta obra, a ponto de ser considerado um símbolo e uma marca inserida no espaço social buziano?

Se o monumento é uma marca simbólica carregada de códigos ideológicos que buscam, através da paisagem, territorializar as assimetrias de poder entre os grupos sociais; a monumentalidade, ainda que derivada do monumento, vai além desse, exigindo que deixemos de nos limitar à realidade empírica imediata, para melhor compreender seu alcance. Tal exercício precisa ser feito, especialmente por que a monumentalidade

não se limita ao controle daqueles a ela diretamente subordinados, uma vez que ela será ideia e Figura transpostas ao espaço e, num caminho inverso, espaço transposto às ideias e às imagens – e estas não são fixas, elas são fruto e semente do imaginário (RODRIGUES, 2001, p. 51).

Ao fazer esse caminho na análise da monumentalidade do pórtico do município em tela, veremos que, apesar da eficiência simbólica, materializada em uma obra composta por linhas arquitetônicas arrojadas e coerentes com o “estilo buziano” (FRATUCCI, 2000), sua chegada ao imaginário popular foi capaz de produzir fragmentações no discurso hegemônico, corroborando com a tese apresentada por Correa (2005), para quem as análises dos monumentos não podem prescindir de avaliar seu sentido político como objetos de celebração e contestação.

Essa relação, para o caso estudado, pode ser ilustrada com a avaliação de Xavier (2006), para quem o pórtico é uma marca simbólica da fragmentação territorial que é flagrante em Armação dos Búzios. Para reforçar a percepção desse como um monumento socialmente reconhecido como fronteira social entre uma Búzios *pré* e *pós*-pórtico, a pesquisadora utilizou-se dos argumentos de uma aluna da Escola Municipal Paulo Freire, que, mesmo jovem, já percebia essa ausência de solidariedade entre o cotidiano dos buzianos que viviam nas áreas fragmentadas pelo pórtico. Essa avaliação é corroborada por uma crônica publicada na revista *Ênfase*²⁵. Nesse texto, escrito pelo colunista Elísio Figueiredo, o pórtico é visto como um marco de segregação

²⁵ A revista é um periódico local voltado a questões sociais, políticas e culturais da cidade.
Disponível em: <http://enfasebuzios.com.br/2019/06/24/marco-de-segregacao/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

que gera prejuízos sociais e econômicos aos que ficaram de fora da falsa sinalização de marco inicial da cidade que o pórtico sugere. Tais avaliações sugerem que, no interior do processo histórico de fixação do monumento como forma simbólica de reforço do estilo buziano, alternativamente, foram sendo construídas interpretações populares que se caracterizam pela contestação e polivocalidade de significados (CORREA, 2007).

As leituras marginais, que carregam em si um cariz de negatividade sobre as funções sociais exercidas pelo pórtico, de forma alguma servem para dissolver a monumentalidade desse como forma simbólica, mas, ao contrário, a reforça. Contestar o significado hegemônico só mostra o quão marcante é aquele monumento para a organização social que o sustenta. Esse processo apenas torna mais claro o sentido político que encerra a monumentalização da paisagem.

Para o caso aqui trabalhado, as principais narrativas de contestação desvelam uma organização espacial marcada entre a oposição do conteúdo social presente na península buziana e em seu território continental. O pórtico pode ser visto como um símbolo que opõe celebração e contestação, acerca de sua forma, conteúdo e localização. Tal característica conforma-se como o reflexo de leituras distintas sobre uma mesma forma material, “expressando diferenças por vezes profundamente antagônicas, que dão sentido político ao estudo dos monumentos” (CORREA, 2005, p. 3). Essa política da espacialização dos monumentos expressa-se também por sua localização, que, em Búzios, se refere especialmente a divergências quanto ao posicionamento do monumento no interior do território municipal. Tais questionamentos remetem-nos diretamente para a relevância que a política locacional de inserção dessa forma simbólica adquiriu no município.

Para a administração municipal, o pórtico é estratégico por se localizar na confluência entre o trecho Cabo Frio-Búzios da RJ 102, nas proximidades da orla de Tucuns, e o bloco dessa estrada que conduz o viajante da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) ao município, proveniente da Rasa. Considerando que o ordenamento do espaço é dado de acordo com finalidades e funções determinadas pelos grupos sociais que o ocupa, tendo como resultado uma formatação de geoestruturas aplicadas ou encaixadas sobre dado meio natural (BONNEMAISON, 2002), configura-se elemento importante para compreender a relevância dessa localização a própria acomodação espacial da sociedade sobre o sítio ao qual se coloca o município, pois daí surgem elementos fortes para a produção e interpretação social do que vem a ser o território (ou territórios²⁶) buziano(s), e como o pórtico, um componente simbólico materializado na paisagem, revela características da organização social local.

Elemento comum em diversas análises e apresentações oficiais sobre o município é sua caracterização física como uma península. Consideramos existirem alguns problemas em tal definição, especialmente se

²⁶ Bonnemaïson (2002) lembra-nos que o território é uma forma de se viver com os outros, tendo seus limites estabelecidos pelas relações cotidianas. Quando fazemos a provocação da possibilidade de existirem alguns territórios no interior do município, consideramos justamente essa cisão cotidiana entre a Búzios continental e a peninsular.

analisarmos essa questão pelo viés simbólico do ajustamento discursivo sobre o espaço aos padrões de poder que se materializam na organização social.

O primeiro problema está na relação proporcional entre o território total e sua parte considerada peninsular. Xavier (2006) já havia percebido a imbricação entre o perfil natural do território e a construção simbólica que se refere à projeção do poder de um grupo social sobre a totalidade do território, incluindo sua capacidade de produção da imagem global sobre o município. O fato de 18% do território municipal representarem os outros 82% constitui uma excepcional representação físico-simbólica da concentração de poder nas mãos de uma minoria. Essa projeção simbólica do território municipal tem implicações espaciais e sociais, uma vez que há um nítido apagamento de boa parte da área territorial sob administração da municipalidade, que se reflete em vários aspectos, que vão desde os elementos de promoção turística, passando por pesquisas científicas²⁷, tendo impacto direto nas políticas públicas direcionadas ao município.

A segunda questão, decorrente da anterior, refere-se ao fato de que tal caracterização encerra uma oposição entre um bloco peninsular e outro continental. Se é fato que naturalmente, e apenas para fins de concepção do perfil físico da área, há uma porção dita continental e outra peninsular, a cisão criada entre os dois blocos não tem qualquer sentido, se considerarmos o perfil natural das áreas, uma vez que a península nada mais é que um avanço do continente sobre as águas marinhas. Para alguns pesquisadores, do perfil natural da região, o nome península é substituído pela expressão cabo: o Cabo dos Búzios, conforme apontado por Lamego (1946). Essa diferenciação pode ser explicada pela certa confusão conceitual existente entre as duas terminologias, uma vez que o diferencial entre os mesmos é a extensão, sendo a península maior que o cabo²⁸ (GUERRA, 1966; GUERRA; GUERRA, 2008).

Não há qualquer base natural em se descaracterizar uma península enquanto parte do continente²⁹, senão por implicações econômicas, sociais e culturais, afinal, como lembrou Harvey (2005), as características naturais (ditas) especiais podem ser vistas como um dos elementos fortes para alegações de singularidade e autenticidade que são tão caras ao marketing urbano, que tem no turismo um de seus principais focos. Assim, a oposição criada entre a península e o continente “representa muito mais do que somente uma diferenciação entre segmentos do território de Búzios. Essa disposição objetiva a segregação e a estigmatização tornada física entre grupos e segmentos sociais” (XAVIER, 2006, p. 162).

²⁷ Como exemplo desse processo, está a descrição do município de Armação dos Búzios no site do Geoparque dos costões e Lagunas do Rio de Janeiro. Segundo o portal, esse município é uma península de 8 Km de extensão e 23 praias.

²⁸ Pensemos ainda na questão da escala: Guerra (1966) lembra-nos que, dependendo do critério estabelecido, até mesmo a Europa poderia ser considerada uma península. Como enquadrar áreas de extensão tão diferentes no interior do mesmo fenômeno?

²⁹ Estruturalmente, tal separação faria sentido; e, ainda assim, para fins de recomposição da história natural; se, ao estudarmos a história geológica e geomorfológica do planeta, encontrarmos penínsulas que não nasceram integradas ao continente ao qual fazem parte, uma vez que o processo de ligação entre os blocos de terras emersas pode ocorrer em etapa geológica posterior à sua formação (GUERRA, 1966). O exemplo mais acabado dessa possibilidade é a integração do subcontinente indiano à Eurásia, em decorrência da Tectônica de Placas.



Para o caso local, o perfil físico do terreno transformou-se em elemento geossimbólico do processo de organização espacial e territorialização dos grupos sociais. Ainda que, na prática, todos os habitantes estejam localizados no continente, uma vez que a península é uma quase ilha – mas está fisicamente ligada ao bloco continental –, na escala local ocorreu uma ressignificação dos termos, que passam a operar no sentido de oferecer códigos de informação sobre o perfil socioeconômico de quem habita, trabalha e faz turismo em cada parte do município.

O pórtico nasce como forma no interior desse contexto de um município planejadamente cindido entre o território peninsular (aquele que representa a imagem ideal de Armação dos Búzios) e o bloco continental (espaço reservado para os locais), sendo ele um marco fronteiro entre as territorialidades vinculadas ao turismo e àquelas associadas aos segmentos populacionais alijados dos maiores ganhos com a atividade (CARNEIRO, 2018). É um caso típico em que a composição física do espaço foi marcada pela cultura através de “feixes de significados em determinados sítios e lugares privilegiados” (BONNEMAISON, 2002 p. 128).

O resultado é a conformação da imagem de uma “Búzios turística [como] uma península com cerca de 8 Km de extensão³⁰”. Essa imagem é plenamente compreensível no interior dos apelos imagéticos ligados a funções sociais intermediadas pela economia, o que, de certa forma, promove um esvaziamento do conteúdo simbólico dos territórios (BONNEMAISON, 2002), observável ao se chegar na parte peninsular da cidade cujo mote de organização social prima por seu apelo mercadológico (SALES, 2010).

Nesse sentido, o pórtico é plenamente integrado às estratégias mercadológicas que consolidam os diferenciais de Búzios no mercado: a primeira relaciona-se ao fato de ser uma península, opondo-se às áreas turísticas continentais; a segunda diz respeito ao padrão arquitetônico simples, mas luxuoso, que marca a área destinada ao turismo. Para os agentes vinculados ao setor, o monumento configura-se como marco inicial dos roteiros turísticos e ponto referencial para deslocamento até os meios de hospedagem e atrativos, conforme a coletânea de mapas (Figura 9) associados ao trade turístico nos aponta. Ainda é possível comprovar o que observaram Xavier (2006) e Malatesta (2018) ao apresentarem as distorções representacionais do território buziano por meio de diversos elementos iconográficos e cartográficos. Tais distorções são utilizadas para reafirmar a imagem global da Búzios peninsular como a legítima representante do município, e o resultado é o ocultamento da parte continental, ou a distorção da escala, visando reduzir seu tamanho frente à península.

³⁰ Referência feita pelo portal da Pousada Casa Búzios, localizada na Orla Bardot.
Disponível em: <http://www.pousadacasabuzios.com.br/buzios/> Acesso em: 17 abr. 2020.

Figura 9. Coletânea de mapas que utilizam o pórto como marco indicativo



Fonte: Mapa A: Mapasblog. Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2016/05/mapas-de-buzios-rj.html>

Mapa B: Grumatur. Disponível em: <http://www.grumatur.com.br/hoteisnew.asp?codigo=buzios>

Mapa C: Portal Buzios-Explorer. Disponível em: <http://www.buzios-explorer.com/areiasbrancas/mapa.html>

Mapa D: Javiera Sante-Marie. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/javierasmt/564923076/in/photostream/>

A noção de política locacional dos monumentos é muito relevante para a compreensão do pórto de Armação dos Búzios no interior da formação social da cidade. O posicionamento da construção é tão marcante que já foi alvo de diversas análises sobre sua localização e função na organização social local³¹. Por conta da característica do sítio, em que uma parte se encontra em flagrante avanço sobre o espelho-d'água marítimo, o processo de segregação planejada via turismo fica facilitado por conta da exiguidade do terreno peninsular e de sua reduzida ligação natural com o restante do continente. O resultado é a facilidade de se limitar a quantidade de vias de ligação entre a área continental e peninsular. O pórto passa a ser elemento característico da turistificação seletiva do espaço peninsular, se tornando um marco fronteiriço e segregador dessas territorialidades (CARNEIRO, 2018). Além de marco, é também marca: convertendo-se em símbolo de um grupo social que imprime no espaço a territorialização do turismo como base principal da vida local, com a capacidade de enunciar uma imagem global da cidade, trabalhando “a península como a porção legítima de Búzios e o continente como algo pra lá da porta (pórto) da cidade” (XAVIER, 2006, p. 129).

³¹ Alguns desses estudos foram citados nesta pesquisa, dentre os quais podemos citar as referências feitas ao monumento por Fratucci (2000) e Xavier (2006).

A história profunda da Búzios aponta que a

atividade turística alterou a composição socioespacial do município, onde muitos moradores abandonaram seus locais de origem, afetados pela especulação imobiliária surgida pela expansão do turismo, o qual valorizou o espaço litorâneo em Búzios, diminuindo o acesso a essa porção do território aos menos favorecidos economicamente (SALES, 2010, p. 102).

Esse processo nos leva a concluir que a constituição do turismo e do veraneio no município foi fator de desenraizamento das comunidades locais através de seu afastamento progressivo da orla marítima (algo que ocorre até mesmo em boa parte da orla continental). A segregação espacial resultante do processo compõe um quadro marcado pela violência política, econômica e simbólica, em que a reinterpretação da história; a usurpação de símbolos de comunidades fixadas antes do turismo; a incorporação marginal dos habitantes pobres ao circuito turístico, que, muitas vezes, se veem obrigados a abandonar suas atividades laborais tradicionais para se dedicar a funções de baixa remuneração neste setor; a negação de serviços básicos às novas áreas de residência dos afastados da península; a construção da imagem municipal que apaga as vivências reais e os locais de moradia de boa parte da população; e a concentração visível de investimentos públicos na área destinadas ao turismo são elementos que se consolidam com essa pretensa dualidade organizacional que marca tão profundamente a história recente da territorialização do turismo.

O pórtico, construído na década 1990, e inaugurado logo após a emancipação do município, é desde então altamente questionado pela população por materializar a “cisão” península-continente (NAGEM, 2012). Além de direcionar o olhar do visitante ao que se encontra dentro da península, deixou marcado no sítio urbano essa racionalidade segregacionista na organização do espaço. Se, por um lado, o monumento segue a lógica de fortalecer a produção simbólica de dominação econômica e apropriação territorial pelo turismo, simulando uma chegada a Búzios, mesmo estando localizado na entrada da península, o que faz o viajante identificar o município depois de já ter percorrido boa parte de seu território (XAVIER, 2006); ao mesmo tempo, contribuiu para tornar mais claras as diferenças de densidade entre os investimentos públicos e privados nas áreas seccionadas pelo pórtico.

As pesquisas de Sales (2010) e Malatesta (2018) mostraram que há uma histórica contestação da localização do monumento, que se converteu em alvo de disputas com relação a sua localização e as diferenças de tratamento, por parte do poder público com relação aos investimentos em cada bloco territorial³². Essa disputa pela localização e contestação do conteúdo simbólico fez com que a administração municipal, buscando relativizar a sensação do pórtico como elemento de divisão territorial, exemplificada pela forma de tratamento dada ao monumento com relação ao

³² Freitas (2014), em sua análise sobre a composição do projeto Búzios: cidade inteligente, mostrou que esse reforçava a segregação social ao se dedicar a modernização das redes elétricas somente na parte peninsular, reservando aos blocos não contemplados uma série de investimentos em programas sociais, o que, segundo o pesquisador, reforçava a segregação ao destinar ao excluídos do escopo do programa, ferramentas paliativas, visando tão somente suavizar as discrepâncias sociais reforçadas pela proposta. Fato é que, a despeito da marginalização de parte considerável de seu território, o município foi reconhecido como a primeira cidade inteligente da América Latina.

conjunto territorial, pelos turistas, moradores e profissionais atuantes na cidade³³, investisse na construção de outros dois pórticos (Figura 10).

Figura 10. Pórtico de Baía Formosa



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir//Ba%C3%AD+Formosa,+Cabo+Frio+-+RJ,+28950-000/@-22.811702,-41.9768336,18.21z/data=!4m8!4m7!1m0!1m5!1m1!1s0x9703dc017fe635:0x27153ea1b766ee7d!2m2!1d-41.9754345!2d-22.8055345>

A expansão dos pórticos, projetados para localizarem-se nas divisas reais entre Búzios e Cabo Frio, na altura dos bairros de Baía Formosa e Praia Rasa, com projeto seguindo a mesma marca arquitetônica do estilo Búzios, foi vista por Malatesta (2018) como uma estratégia municipal para reduzir o poder discurso dos questionamentos sobre a cisão municipal materializada no pórtico central. A pesquisadora recuperou falas do então secretário de turismo (da administração André Granado), que afirmara ser necessário desenvolver outros roteiros, para acabar com essa ideia de que Búzios só existe do pórtico para dentro da península. Mesmo assim, na prática, esses movimentos para inclusão da chamada Búzios continental se dão no interior da lógica hegemônica, buscando espriar para a totalidade do território o padrão buziano que emana das práticas associadas aos grupos dirigentes locais³⁴. Ainda que projetados, somente o primeiro deles saiu do papel, o que pode ser considerado outro elemento forte de segregação, uma vez que o bairro da Rasa é considerado um dos mais pobres do município.

³³ Malatesta (2018) mostra que é comum o uso de expressões referenciais tais como “antes ou depois do pórtico”; ou “para lá do pórtico”. É clara também a relação que os turistas fazem entre o pórtico e o início efetivo da cidade, comprovando o que afirmara Freitas (2014), para quem não é incomum a associação entre o pórtico e a chegada ao município de Armação dos Búzios.

³⁴ Essa estratégia pode ser vista também com a proposta de fornecimento de projeto básico para construção no estilo buziano, a todos aqueles que não têm condições de arcar com o serviço prestado por arquitetos.



Em Armação dos Búzios, vemos a materialização das oposições geradas pelas diferenças de classe, com a segregação residencial sendo uma expressão social e espacial dessa oposição (CORREA, 2007). Como elemento simbólico, o pórtico significou, especialmente através de sua localização, uma maior visibilidade dessas oposições e conflitos: de uma ponta porque marca posição de supremacia social dos grupos associados ao trade turístico; mas, por outro lado, passou a ser um dos principais canais simbólicos de tradução da contestação (*Ibidem*) por parte dos grupos marginalizados diante da hegemonia que se busca afirmar através de diversas intervenções espaciais.

APONTAMENTOS FINAIS: OS PÓRTICOS COMO SÍMBOLOS E MARCAS DAS LOCALIDADES EM CONTEXTO DE FORTALECIMENTO DO MARKETING DAS CIDADES

Quando falamos em marketing urbano, é comum que trabalhemos com a perspectiva de Harvey (2005), para quem o desenvolvimento destas ações está inserido na alteração do modelo de organização das cidades, que passaram de um administrativismo ao empreendedorismo urbano, um modelo preconizador da construção de elementos que favoreçam a cidade em seu papel de ambiente de negócios. Um dos resultados visíveis dessa forma de organização administrativa (especialmente no âmbito municipal) é a concepção de uma planificação de fragmentária em detrimento do planejamento urbano abrangente, preocupando-se mais com efemeridades, com a moda e com a imagem do que com a busca de valores duradouros. Essa parece ser a razão de ser dos governos municipais: tornar as cidades atraentes para a competição com outras, que também estão à venda (VAINER, 2002).

Nessa conjuntura, uma das diretrizes de trabalho dos administradores empreendedores é a produção de uma identidade local (HARVEY, 2005). É justamente no interior dessa estratégia que concebemos as propostas de construção de pórticos voltados ao turismo. Em um contexto de competição internacional pela atração de capital e [determinados perfis de] pessoas, a promoção das identidades culturais ou naturais locais pode ser vista como uma marca de singularidade (SANCHES, 1999).

Tais monumentos se prestam a demarcar roteiros, fortalecer ou criar a imagem urbana e consolidar uma pretensa identidade municipal. Sua vinculação às estratégias de marketing urbano são visíveis em sua própria colocação no espaço. Nos municípios avaliados, os monumentos não se colocam nos limites municipais, mas sim em áreas consideradas estratégicas para o controle do fluxo turístico e da marcação das áreas selecionadas para consumo turístico. Os pórticos serviriam como estratégia de veiculação de imagens sintéticas da cidade, ajudando a demarcar a seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana (SANCHES, 1999).

Em Petrópolis, a principal cidade turística da chamada Serra Verde Imperial, o pórtico é claramente trabalhado como cartão de visitas da marca principal, trabalhada desde os anos 1990, como foco central da promoção turística local, totalmente voltada ao passado imperial da área central da cidade. A monumentalização, assim como sua localização, sugere um direcionamento dos fluxos para o tempo-espaço que se quer valorizar: o período imperial e as marcas



deixadas por esse no chamado centro histórico. O pórtico é o elo inicial e parte de uma série sequencial de elementos marcantes que objetivam se conformar em forma-modelo de deslocamento das pessoas (LYNCH, 1982) pela localidade; planejando uma estrutura de viagem ao passado, pensada sob os marcos simbólicos relevantes no presente, por isso mesmo, configuram-se como uma simplificação do real, baseada na seleção estratégica de formas, costumes e fixos, que serão destacados do conjunto arquitetônico local, para potencializar o município enquanto destino turístico.

Na análise do pórtico de Armação dos Búzios, identificamos que a monumentalização da paisagem através do pórtico serviu ao propósito de reafirmar a potência da territorialização de grupos economicamente relevantes, em um balneário até então marcado pela simplicidade das comunidades locais, que se dedicavam à pesca. Essa alteração do perfil social da localidade foi forjada através da suposta manutenção do estilo construtivo simples das casas de baixo gabarito e marcadas pelas coberturas em estilo colonial. A obra do pórtico turístico local apontou justamente para a conformação dessa marca arquitetônica de Búzios no imaginário das populações visitantes. E serviu ainda para simbolizar o processo de desarticulação da vida social através do afastamento das populações locais da orla marítima. Além da segregação imposta aos moradores locais, que passaram a ocupar pontos afastados da área peninsular, território do turismo.

Nesse município, o pórtico transformou-se em elemento tão marcante que passou a ser alvo de disputas por conta de sua localização e de seu papel enquanto forma trabalhada para apagar boa parte do território municipal, cuja atratividade para o turismo foi relegada ao segundo plano, por conta de sua concentração na área peninsular de Armação dos Búzios.

Nas duas localidades, os monumentos cumprem sua função de organizadores dos fluxos turísticos e marcas simbólicas dos elementos de diferenciação dos municípios (ou da parte selecionada deles) no cenário de promoção do turismo, fazendo parte de um conjunto geossimbólico caracterizado por formas, cores e costumes tidos como específicos, tendo sua monumentalidade compreendida enquanto parte de um conjunto de marcas, que só podem ser qualitativamente compreendidas no contexto social que as engendra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SÁ, Salma Dias. **A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 25 a 25 mai. 2007, Salvador. Anais do III ENECULT, Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SalmaDiasAlmeidaSa.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. **Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis**: uma história territorial. 2008. 376f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06012009-163050/publico/JULIO_CESAR_GABRICH_AMBROZIO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020

ANJOS, Melissa. **Algumas considerações geográficas sobre monumentos**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 65-79, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHs/article/view/3970/3166>. Acesso em: 13 abr. 2020



ARAÚJO JUNIOR, Aramis Cortes de. **Transformações no espaço terciário de Petrópolis:** do empreendedorismo urbano às centralidades, analisando os distritos Sede e Itaipava. 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_a30cde77c06aed018ed8d750b20cf684. Acesso em: 17 mar. 2020

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Org.). **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** – Relatório – 2ª ed. revisada – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4_set.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020

BERQUE, Augustin. **Paisagem Marca, Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural.** In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 124p. p. 84-91

BOMFIM, Manoel. **Pensar e dizer:** estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Federal de Psicologia, 2006. 382p.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural:** um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 196p. p.83-131.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas:** Ciência para uma vida sustentável. 1ªed. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Cultrix, 2005. 296p. tradução: Marcelo Brandão Cipolla.

CARDOSO, Diogo da Silva. **História, natureza e muito mais:** marketing territorial e diversificação do produto turístico em Petrópolis (RJ). In RIBEIRO, Miguel Ângelo; FERNANDES, Ulisses da Silva (Org.). **Geografia e Turismo:** reflexões interdisciplinares, Curitiba: Appris, 2019. 345p. p.85-106.

CARNEIRO, José Ângelo. **As contribuições do curso técnico em turismo do Colégio Estadual João de Oliveira Botas na promoção da identidade cultural buziana.** 2018. 209f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10939/1/Jos%C3%A9%20%20Carneiro%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2020

CHAGAS, Catarina. **A geografia do carnaval carioca.** Revista Ciência Hoje, 29 de março de 2004. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/310/n/a_geografia_do_carnaval_carioca. Acesso em: 15 de ago. 2018

CORRÊA, Roberto Lobato. **Monumentos, Política e Espaço.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Vol. IX, n. 183, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018

_____. **Formas simbólicas e espaço:** algumas considerações. GEOgraphia, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-17, 2007b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13530/8730>. Acesso em: 20 ago. 2018

_____. **Processo, forma e significado uma breve consideração.** In: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%A7%C3%A3o%20Processo,%20Forma%20e%20Significado.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018

_____. **A Paisagem e as Imagens.** Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 29, p. 7-21. Jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528/2454>. Acesso em: 20 ago. 2018

COSGROVE, David. **A geografia está em toda a parte; cultura e simbolismo nas paisagens humanísticas.** In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 124p. p.92- 122.

_____. _____. In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia cultural: uma antologia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. 344p. p. 219-237.

CUNHA, Paloma. **Gestão pública municipal do turismo e sua aplicabilidade:** plano diretor de turismo de Petrópolis. 2008. 60f. Monografia (Graduação em Turismo). Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Turismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2008. Disponível em: <http://www.cepa.tur.br/comtursap/PDT%20Petropolis-analise.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos. **Escolas de samba:** território e processos de identificação social. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, vol. 6, nº11, p. 29-39. Jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/788/501>. Acesso em: 30 ago. 2018

FRATUCCI, Aguinaldo César. **O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro:** processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. 2000a. 178 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2000. Disponível em:



https://www.academia.edu/11688878/O_ORDENAMENTO_TERRITORIAL_DA_ATIVIDADE_TUR%C3%8DSTICA_NO_ESTADO_DO_RIO_DE_JANEIRO_Processos_de_inser%C3%A7%C3%A3o_dos_lugares_tur%C3%ADsticos_nas_redes_do_turismo. Acesso em: 16 abr. 2020

FREITAS, João Alcantara de. **Cidade inteligente Búzios: entre paradigmas e percepções**. 131f. 2014 Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11802/FREITAS%2C%20J.%20Cidade%20Inteligente%20B%C3%A7os%20%28vers%C3%A3o%20final%29.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020

GALDO, Rafael. **Vila de pescadores com estilo**. O GLOBO, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 30.681, p. 12, 07 ago. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020170807>. Acesso em: 15 abril 2020

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. 411p. il. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288004>. Acesso em: 17 abr. 2020

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 648p. il.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

_____. **Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as origens da Mudança Cultural**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010. 349p.

JUNG, C. G. – **O Homem e Seus Símbolos**. 2ª Edição especial brasileira – Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008. 316p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. 307p. il. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27287_v2.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Coleção Arte e Comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 208 p. il.

MALATESTA, Maria Lúcia de Freitas Evangelista. **Os territórios turísticos de Armação dos Búzios: emergências entre política pública e realidade dos meios de hospedagem**. 2018. 246f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9591/1/Maria%20L%C3%BAcia%20Malatesta%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020

MASCARENHAS, Gilmar. **Cenários Contemporâneos da Urbanização Turística**. In: Caderno Virtual de Turismo. v. 4, n. 4, p. 11-11. dez. 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/65/60>. Acesso em: 30 mar. 2020

MATOS, Marcelo Pereira. **O Rio de Janeiro das escolas de samba: lugar, identidade e imagem urbana**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro – SP, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95608/matos_mp_me_rcla.pdf;sequence=1. Acesso em: 30 ago. 2018

NAGEM, Vânia de Oliveira. **O mapa como expressão de conflitos e mobilização social: um caminho para a justiça ambiental?** 222f. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47153636-Universidade-federal-do-rio-de-janeiro-centro-de-filosofia-e-ciencias-humanas-instituto-de-psicologia.html>. Acesso em: 18 abr. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. **Petrópolis Imperial: Proposta de Revisão do Plano Imperial – Plano Diretor para o Turismo da Cidade de Petrópolis**. Petrópolis – RJ, 2009. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/phocadownload/documentos/Plano%20Diretor%20de%20Turismo%202010%20-%202019.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Categorias analíticas do espaço e turismo: o exemplo da Fortaleza de Santa Cruz**. GEOgraphia, Niterói – RJ, v. 8, n. 16, p. 83-98. jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13523/8723>. Acesso em: 01 set. 2018

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder**. GEOgraphia, Niterói – RJ, v. 3, n. 6, p. 42-52. jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13410/8610>. Acesso em: 02 abr. 2020

SALES, Elias Junior Câmara Gomes. **O lugar do turismo em Armação dos Búzios – RJ: ordenamento territorial e questões socioespaciais**. 126f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95561/sales_ejcg_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 abr. 2020



SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação**: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Campinas, n. 1, p. 115-132. mai-nov. 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1>. Acesso em: 19 abr. 2020

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Museu imperial**: a construção do Império pela República. In: ABREU Regina; CHAGAS Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009. 320p. p. 115-135

SERPA, Angelo. **Por uma geografia das representações sociais**. OLAM. Ciência & Tecnologia. Rio Claro, SP. V. 5, N. 1. p.220-232. 2005. Disponível em: http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf. Acesso em: 01 set. 2018

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria**: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 192p. p. 75-103.

XAVIER, Marina de Aquino Parreira. **Búzios**: estética, poder e território. 2006. 243f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp002140.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020